



**AFRICANIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MANAUS:  
AVANÇOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
INTEGRAL ANTIRRACISTA**

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.48098/refiedi.v2i1.240>

**AFRICANNESS IN THE PUBLIC SCHOOLS OF MANAUS: ADVANCE AND  
CHALLENGES OF THE RACIST COMPREHENSIVE EDUCATIONAL  
DEVELOPMENT**

**AFRICANIDAD EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DEL MUNICIPIO DE MANAUS:  
AVANCES Y RETOS PARA EL DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN INTEGRAL  
ANTIRRACISTA**

*Lídia Helena Mendes de Oliveira  
Soraya Monteiro Neves*

**RESUMO:** A Lei 10.639/03 depositou diante do universo docente o desafio de propalar o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, numa perspectiva contrária a visão eurocêntrica predominante até então. Cabia às Secretarias de Educação subsidiar as escolas, o que exigia formação de equipes aptas ao processo, bem como compreensão da lei e mudanças nas concepções de currículo e práxis dos/as educadores/as. O presente artigo vem apresentar justamente a caminhada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Manaus/SEMED/MANAUS quanto a inserção dos temas nas documentações. Apresenta a construção de uma Proposta Pedagógica Curricular/PPC, alinhada a lei. Contudo, traz a reflexão de que a mudança realizada na PPC é um avanço, mas não é garantia de disseminação de atitudes e conhecimentos necessários para a formação integral antirracista dos estudantes. A SEMED/MANAUS, reconhece que é necessário a mudança de postura dos educadores, por isso desde a implantação da referida PPC, realiza oficinas, formações e demais ações pertinentes a temática. Dessa forma conjectura-se que o trabalho dos/as professores/as têm caminhado na perspectiva da formação integral antirracista dos estudantes.

**Palavras chaves:** Lei 10.639/03. Escola. Currículo. Educação integral antirracista.

**ABSTRACT:** The law 10.639/03 placed down in front of the teaching universe the challenge to spread the teaching of History and Afro-Brazilian and African culture, in a contrary perspective of the Eurocentric vision that was prevailing so far. Was up to the Education Office to finance the schools, which demanded a team building that could be suitable for the process, and the comprehension of the law and the changes of the curriculum conception and educators' *praxis*. This article comes to present the path of the Municipal Office for Education of Manaus/SEMED/MANAUS when comes to the inclusion of those themes on documents. It presents the construction of a Curriculum Pedagogical Approach (CPA) aligned with the law. However, it brings the reflection that the change made in the CPA is a progress but does not guarantee the dissemination of attitudes and necessary knowledge for the comprehensive anti-racist formation of students. The SEMED/MANAUS recognizes that is necessary a change in the attitude of educators so, since the implementation of the CPA they have performed



formation workshops and other actions that are relevant to the theme. It is predicted that teachers' work has been walking towards the comprehensive anti-racist formation of students.

**Key words:** law 10.639/03; School; curriculum; comprehensive anti-racist education.

**RESUMEN:** La Ley 10.639 / 03 lo depositó ante el universo docente el desafío de enseñar Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana en las escuelas con una perspectiva contraria a la visión eurocéntrica predominante hasta entonces. Correspondió a los Departamentos de Educación subsidiar las escuelas, lo que requirió la formación de equipos capaces del desarrollar el proceso, así como la comprensión de la ley y cambios en los conceptos curriculares y la praxis de los educadores. Este artículo presenta exactamente la caminata de la Secretaría Municipal de Educación en el Municipio de Manaus / SEMED / MANAUS respecto a la inclusión de temas en la documentación. Presenta la construcción de una Propuesta Pedagógica Curricular / PPC, alineada con la ley. Sin embargo, trae la reflexión de que el cambio realizado en el PPC es un avance, pero no una garantía de difusión de actitudes y conocimientos necesarios para la formación integral antirracista de los estudiantes. La SEMED / MANAUS reconoce que es necesario cambiar la actitud de los educadores, por eso, desde la implementación del mencionado PPC, se realizan talleres pedagógicos, capacitaciones y otras acciones afines relevantes al tema. De esta forma se conjetura que el trabajo de los docentes ha ido en la perspectiva de la formación integral antirracista de los alumnos.

**Palabras clave:** Ley 10.639 / 03. Escuela. Propuesta Curricular. Educación integral antirracista.

## INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/03 depositou diante do universo docente o desafio de abordar temáticas acerca do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Uma realidade que tornara imperativo mudanças e remanejamentos no modelo educacional vigente ao mesmo tempo em que desvelava uma sociedade assentada na visão eurocêntrica de mundo, marcada por estereótipos, preconceitos, racismo e discriminação.

Uma sociedade desigual onde à representação das populações negras, oriundas do continente africano e submetidas ao regime escravista ou era negativa ou totalmente invisibilizada quanto a sua contribuição para a formação da identidade nacional.

Cabia à escola desconstruir tais representações e erigir um novo olhar e uma nova pedagogia, agora pautada na alteridade e Cultura de Paz, entendendo seu papel e reconhecendo que a sala de aula está repleta com uma variedade de culturas, etnias, comportamentos, credos, enfim, grupos que pensam e agem diferentes.



Nesse sentido, as instituições educacionais precisavam não apenas assentir a lei, mas organizar-se para que o processo de implementação fosse exitoso e, o objetivo de reconhecimento, valorização e respeito aos povos africanos, afro-brasileiros e toda sua cultura e tradições fosse alcançado.

Diante disso, a SEMED/MANAUS, organizou-se para responder às demandas oriundas da referida lei, começou inserindo em toda a sua Proposta Pedagógica Curricular, temática da História e Cultura Afro-Brasileira. Ademais iniciou trabalhos para subsidiar as/os Professoras/es como formações, oficinas e ações diversificadas articuladas a temática em questão.

Essas iniciativas foram e são realizadas, pois a SEMED/MANAUS, parte do princípio que alterar a PPC é um avanço, contudo, é preciso subsidiar o professor para se obter uma mudança de postura que reflita na Educação Integral antirracista, vislumbrada para os estudantes que fazem parte da SEMED/MANAUS.

## **A TRAJETÓRIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS MUNICIPAL DE MANAUS**

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação integral/EI do estudante, a qual abrange diversos aspectos a serem considerados no decorrer do processo educativo. Neste contexto, a Base Nacional Comum Curricular (2019, p.14) afirma:

A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Diante da gama de atributos que devem ser ponderadas no processo de educação integral, propostos nos documentos oficiais nacionais e particulares de cada cidade/região, a tarefa da escola é árdua e complexa. Isso se deve ao fato de a escola ser constituída por seres humanos não homogêneos e também porque as/os educadoras/es necessitam de formação adequada para uma práxis voltada para essa cultura inclusiva e de acolhimento.



A complexidade se torna mais relevante quando assuntos, ignorados durante anos, adentram o espaço escolar. Foi o que aconteceu com a promulgação da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que alterou a Lei 9394/96 e assim versa:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e articulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. “Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra.

Neste contexto, entendemos que as questões referentes a Cultura Afro-Brasileira, fazem parte da consolidação de uma educação integral, pois tem por finalidades resgatar, incluir, reconhecer e valorizar a História e a Cultura dos Africanos e Afro-brasileiros, sujeitos que fazem parte do cenário de nossas escolas e da sociedade brasileira.

É oportuno dizer que o teor da Lei supracitada, não aceitava negativa quanto a sua execução, por isso somava-se a esta, documentos que a reforçavam e a embasaram:

Parecer CNE/CP N° 03/2004 – Estabelecia orientações de construídos a serem incluídos e trabalhados, bem como as necessárias modificações nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino. Resolução CNE/CP N° 01/2004 – Detalhava os direitos e obrigações dos entes federados frente à implementação da Lei 10.639/03.

Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – Finalidade intrínseca à institucionalização da implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais.

Neste sentido, a inserção das temáticas referentes à Cultura Afro-brasileira significava estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconhecesse a importância dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação nacional, ou seja, uma parte fundamental das políticas que visam à educação de qualidade como um direito de todas e todos.

O processo de implementação, assim, deveria caminhar na perspectiva de continuidade, inserindo os temas, além dos Currículos Institucionais, nos Projetos Políticos Pedagógicos-PPPs, nas Propostas Pedagógicas, Propostas de Formação Continuada e, demais documentos educacionais.



Tendo o Plano Nacional como elemento orientador e balizador, a eficácia do processo iria requerer que as instituições orquestrassem um conjunto de ações estruturantes, tais como espaços específicos com profissionais preparados, aquisição e produção de materiais didáticos, fomento e compromisso com o objetivo de subsidiar educadoras/es no chão da sala de aula e fora dela.

Foi uma luta árdua com grande resistência ao processo, visto os resquícios de uma formação, um pensar e um olhar desinformado sobre as temáticas, conforme nos sinaliza Munanga (2004, p.14):

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação delas resultantes colocam cotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamentais da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam a nossa sociedade.

Superando os paradigmas surgiam novas conquistas como o reconhecimento, valorização e a afirmação de direitos da comunidade Afro-Brasileira, alcançados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013, p.134),

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, cultural e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

Embora este acontecimento tenha sido um avanço para os povos negros, cabe ressaltar que quando se fala em obrigatoriedade nas escolas, por meio de Lei, já é possível observar a dimensão do desafio para trabalhar temática da Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Contudo, D'adesky (2001, p.69) nos leva a compreender que, desafios à parte, “a escola é, sobretudo, um local de desenraizamento para as crianças negras”, e, conseqüentemente o lócus privilegiado para exercitar o desafio que tal assunto saia do anonimato e faça parte da educação integral dos estudantes, gerando a transformação social que a lei preconiza.





Segundo Cortella (2018), o mundo está em constante mudança, este fato reflete no trabalho escolar gerando a manifestação de muitos profissionais da educação, acerca das dificuldades que possuem para desenvolver o papel da escola. No entanto, o foco não deve estar nas mudanças que acontecem, pois elas são necessárias e inevitáveis. O olhar deve ser mantido em como nos preparamos para vivenciar as transformações que acontecem constantemente e acabam adentrando o espaço escolar.

Nesta perspectiva, a SEMED/MANAUS, iniciou o trabalho inserindo na PPC, as temáticas oriundas da Lei, considerando que, conforme Sacristán (2008, p. 15), “quando definimos currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola é forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado”. Em outras palavras, se fez necessário parer a PPC com o anseio atual da sociedade no que tange a Cultura Afro-Brasileira, pois no contexto histórico atual não se pode mais negar a contribuição desta cultura na formação cultural, social, política do povo brasileiro.

## **A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE MANAUS**

O racismo em nossa sociedade constitui ingrediente para o fracasso escolar, principalmente de educandas/os negras/os. A compreensão desta vertente foi fundamental no processo de implementação da temática Cultura Afro-brasileira, associada ao empenho de profissionais que se apropriaram do conhecimento necessário e, construíram história pautada sempre na perspectiva da pedagogia da sedução, conscientização e sensibilização<sup>1</sup> da relevância da temática na construção de uma cidadania do respeito e busca por uma sociedade mais equânime.

A Secretaria Municipal de Educação - SEMED/MANAUS, respondeu não apenas as demandas oriundas do Ministério da Educação/MEC, como também dos demais órgãos responsáveis por orientar a Educação Básica e, em especial, aos anseios e/ou necessidades das escolas no sentido de participar das ações propostas.

Era clara sua responsabilidade em criar uma estrutura com o objetivo de subsidiar o trabalho voltado para a Educação para as Relações Étnico-raciais – EREER e o Ensino de

---

<sup>1</sup> Importante explicar que os termos conscientização e sensibilização diz respeito a amplitude em gerenciar informações necessárias ao entendimento da gravidade, complexidade e profundidade histórica que levou a negação e invisibilidades da cultura afro-brasileira, chamando a sociedade a perceber sua parcela de responsabilidade e contribuição com essa desconstrução de paradigmas e construção de um mundo mais justo.



História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Neste sentido, a Proposta Pedagógica Curricular/PPC, em vigor, desde 2014, contempla a referida temática em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

É importante ressaltar que a PPC de Manaus foi elaborada com a participação de diversos sujeitos que fazem parte do cenário educacional da Rede Municipal, bem como contribuição de membros do Movimento de Negritude local. Um rápido olhar já evidencia a presença do tema, inclusive em todos os componentes e, um anexo ao final contendo a Diversidade enquanto área de conhecimento com várias sugestões de abordagem, ações, projetos e etc., em caráter dis-interdisciplinar.

Esta estrutura foi muito importante, recentemente, na construção do Referencial Curricular Amazonense a partir da BNCC. Este documento contém a temática, tendo como uma de suas referências nossa proposta pedagógica, numa manifestação da presença das temáticas que, ainda hoje, mesmo diante de um cenário tão delicado, ainda precisam lutar para manter-se inseridas.-

A Proposta Pedagógica Curricular<sup>2</sup> contempla todo o Ensino Fundamental, considerando esta etapa como momento de reforço e construção de sentidos e identidade pessoal e coletiva a partir da compreensão das/os não-negras/os quanto necessidade dos temas e, das/os negras/os quanto ao sentido de pertencimento e vê sua cultura, sua história materializada no espaço escolar através dos livros, da práxis da educadora/or, algo que é imperativo na construção da autoimagem e trajetória educacional.

Abaixo, elencamos alguns conteúdos presentes no componente de História que celebram a prática dentro e fora do chão da sala de aula de uma proposta, a partir de uma estrutura contundente, que prima não apenas em cumprir a lei, mas cumpre seu papel em sustentar concepções educacionais antirracistas de forma contextualizada e balizadora de orientações que expressam a dinâmica social, política e cultural da nação brasileira.

1º, 2º e 3º ANO/ HISTÓRIA	
EIXOS	CONTEÚDOS/CONCEITOS
Os alunos e suas relações sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Origem das pessoas que formam o grupo na sala de aula: negros, brancos e índios.</li> <li>● Direito de liberdade e igualdade.</li> <li>● Diversidade religiosa.</li> </ul>

<sup>2</sup> Vale ressaltar que a PPC da SEMED-Manaus contempla a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos – EJA também, no entanto, vamos nos ater apenas ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.



Especificidades da Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Comunidades remanescentes quilombolas.</li> <li>● O mestiço na Amazônia.</li> <li>● Visibilizando o negro na Amazônia</li> <li>● Expressão cultural e linguística influente da cultura africana e indígena.</li> <li>● Contribuições dos povos indígenas e africanos para a cidade de Manaus.</li> </ul>
<b>4º e 5º ano/HISTÓRIA</b>	
EIXOS	CONTEÚDOS/ CONCEITOS
Desvelando nossa História	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A presença negra e africana em Manaus: formação étnica, aspectos culturais, diversidade religiosa.</li> <li>● Especificidade: Remanescentes Quilombolas, movimento Mestiço. A</li> </ul>
Desvendando o Continente Africano e sua relação com o Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>● História da África: A África até o século XIX, ancestralidade, religião, universo literário do povo africano, cultura, palavras africanas, diversidade de paisagens da África. O tráfico negro e a escravidão.</li> </ul>

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica Anos Iniciais. Manaus, 2014.

<b>6º, 7º, 8º e 9º/HISTÓRIA</b>	
EIXOS	CAPACIDADES/CONTEÚDOS
<p>Temporalidade Histórica Origem Conhecendo a História da Humanidade</p> <p>Identidade, memória e História local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Direito ao passado: Identidades pessoais – <b>1ºB</b></li> <li>● Mitos e lendas: Teoria Africana – <b>2ºB</b></li> <li>● África - Berço da Humanidade - <b>2ºB</b></li> <li>● África no mundo e os vários mundos na África - <b>2ºB</b></li> <li>● Diversidade Cultural Africana - <b>2ºB</b></li> <li>● Reino de Kush, Reino de Axum - <b>2ºB</b></li> <li>● A Diversidade Étnico-cultural na Amazônia - <b>3ºB</b></li> <li>● Diversidade Cultural - <b>3ºB</b></li> </ul>
<p>Conhecendo a História da Humanidade</p> <p>O encontro de mundos diferentes</p> <p>Identidade, memória e</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● África e Africanos - <b>1ºB</b></li> <li>- Povos e reinos da região do Sahel (Sul do Saara) - <b>1ºB</b></li> <li>- Gana (Séc. VI a XIII)</li> <li>- Mali (Séc. XIII a XVII)</li> <li>- Songhai (séc. XIV a XVI)</li> <li>● África: outros povos, outras culturas (Entre o Saara e o Atlântico)</li> <li>- Reino de Benin</li> <li>- Reino do Congo</li> <li>- Berberes e Tuaregues</li> <li>- Iorubás</li> <li>- Daomeanos</li> <li>● A Expansão Marítimo Comercial-Europeia - <b>2ºB</b></li> <li>● Impérios Coloniais Ibéricos – em nome do lucro e da fé cristã</li> <li>- Império Espanhol - <b>3ºB</b></li> <li>● - Império Português</li> <li>● Escravidão: base da sociedade colonial</li> <li>- Escravidão na África</li> <li>● O Negro no Brasil</li> <li>- Símbolo de resiliência cultural</li> </ul>





História local	- Quilombos - resistência organizada - <b>4ºB</b>
Um mundo em transição  A construção da identidade nacional Mundialização do capitalismo, ação e reação  Identidade, memória e História local	<ul style="list-style-type: none"> <li>● A sociedade mineira e a situação da mulher - <b>1ºB</b></li> <li>● Escravidão na África. Quilombos Resistência organizada. Comunidades Remanescentes quilombola.</li> <li>● Situação étnica e questões de gênero na “nova” estrutura - <b>2ºB</b></li> <li>● Questão étnica e de gênero - <b>3ºB</b></li> <li>● Impérios coloniais: dominação da África e Ásia</li> <li>● A diversificação social e econômica na 2ª metade do séc. XIX no II Reinado - <b>4ºB</b></li> <li>- O movimento abolicionista</li> <li>● A “precoce” abolição no Amazonas (1884)</li> </ul>
Identidade, memória e História local  A difícil construção de uma nova cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Manaus, a capital da borracha - <b>2ºB</b></li> <li>● A Belle Époque Amazonense</li> <li>● Afrodescendentes - <b>4ºB</b></li> <li>● Lutas e emancipação das mulheres</li> <li>● O Amazonas hoje</li> <li>- Questão étnica</li> <li>- A questão da mestiçagem</li> <li>- Violência</li> <li>- Cultura</li> <li>- Cidadania</li> </ul>

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica 6º ao 9º ano. Manaus, 2014.

No intuito de demonstrar que não se encontra apenas no componente de História, vejamos no quadro abaixo, exemplos dos temas presentes nos demais componentes da PPC de Manaus.

1º, 2º e 3º ANO	
<b>EIXOS</b>	<b>LÍNGUA PORTUGUESA/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
Leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Gêneros textuais com abordagem de diferentes temas e assuntos – <b>Bloco Pedagógico</b></li> </ul>
<b>EIXOS</b>	<b>MATÉMATICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Números e operações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● História da matemática - <b>Bloco Pedagógico</b></li> </ul>
<b>EIXOS</b>	<b>GEOGRAFIA/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
Eu e o espaço de vivência e convivência	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Vivendo e convivendo em sociedade</li> <li>● Línguas povos e costumes - <b>Bloco Pedagógico</b></li> </ul>
<b>EIXOS</b>	<b>CIÊNCIAS NATURAIS/ONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Ambiente e vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Diversidade ambiental - <b>Bloco Pedagógico</b></li> <li>●</li> </ul>
<b>EIXOS</b>	<b>ARTE/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>



Contextualização – Apreciação - Produção	● Danças africanas
<b>EIXOS</b>	<b>EDUCAÇÃO FÍSICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Atividades rítmicas e expressivas	● Danças
<b>EIXOS</b>	<b>ENSINO RELIGIOSO/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Alteridade	● Diversidade étnica

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica Anos Iniciais. Manaus, 2014.

<b>4º e 5º ANO</b>	
<b>EIXOS</b>	<b>LÍNGUA PORTUGUESA/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
Subeixo leitura: conhecimento histórico	● Gêneros literários: poemas, fábulas, lendas, contos, crônicas – <b>3ºB</b>
<b>EIXOS</b>	<b>MATÁTICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Números e operações escritos	● A História dos números (princípio da contagem, diferentes sistemas de numeração)
<b>EIXOS</b>	<b>GEOGRAFIA/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
O Estado do Amazonas	● Pluralidade cultural
<b>EIXOS</b>	<b>CIENCIAS NATURAIS/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Tecnologia e sociedade	● Tecnologia e ética
<b>EIXOS</b>	<b>ARTE/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
Contextualização – Apreciação - Produção	● História da arte - Arte africana
<b>EIXOS</b>	<b>EDUCAÇÃO FÍSICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Dança	● Dança e seus tipos
<b>EIXOS</b>	<b>ENSINO RELIGIOSO/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Acontecimentos religiosos	● Símbolos nas religiões de matrizes africanas
<b>6º, 7º, 8º e 9º ANO</b>	
<b>EIXOS</b>	<b>LÍNGUA PORTUGUESA/CONTEÚDOS/CONCEITOS</b>
Uso da língua oral e escrita	● Oralidade – <b>6º ano/4ºB</b>
<b>EIXOS</b>	<b>MATEMÁTICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS</b>
Números e operações/Álgebra e funções	● História da matemática - História dos números - Os números ao longo da história das civilizações humanas



EIXOS	GEOGRAFIA/CONTEÚDOS/CONCEITOS
Demografia e ocupação do território	● Formação étnica da população –7º ano/2ºB
EIXOS	CIÊNCIAS NATURAIS/CONTEÚDOS/ CONCEITOS
Recursos técnicos e tecnológicos	● Culturas alimentares das regiões brasileiras - 7º ano/4ºB
EIXOS	ARTE/CONTEÚDOS/CONCEITOS
Produção – Apreciação - Reflexão	● Danças africanas e afro-brasileiras - 8º ano/3ºB
EIXOS	ED. FÍSICA/CONTEÚDOS/ CONCEITOS
O movimento em expressão e ritmo	● Danças individuais: funk e axé – 9º ano/1ºB
EIXOS	INGLÊS/CONTEÚDOS/ CONCEITOS
Compreensão escrita, compreensão oral: produção oral, produção escrita	● Gramática - 9º ANO/2ºB
EIXOS	ENSINO RELIGIOSO/CONTEÚDOS/ CONCEITOS
O diálogo inter-religioso	● A diferença religiosa nos enriquece - 9º ANO/2ºB

Fonte: SEMED – Secretaria Municipal de Educação. Proposta Pedagógica Anos Finais. Manaus, 2014.

Conforme se pode perceber, os conteúdos propostos estão articulados a questões relacionadas à História da Cultura Afro-Brasileira. O primeiro passo já foi dado, contudo, o fato da PPC contemplar a referida temática, não é garantia da disseminação desse conteúdo na sala de aula. E, mesmo que seja ministrado, pode ocorrer apenas como cumprimento de demandas pedagógicas. Por isso, a SEMED/MANAUS, desenvolve ações que tem por objetivo subsidiar o trabalho do professor nas escolas públicas de Manaus.

## **A HISTÓRIA E CULTURA- AFRO-BRASILEIRA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MANAUS**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013), afirma que a educação de qualidade para todos não se faz somente por meio de documentos oficiais como decreto, resolução, portaria. Em outras palavras, a educação não acontece apenas por



disseminação de conteúdo ou demais atividades propostas nas salas de aula, pois esta é Segundo Cortella (2015, p.25),

[...] muito mais do que uma grade curricular. O que alguém aprende em uma escola não aprende só dentro daquele tipo de tabela, que é o conjunto de matérias. O que alguém aprende tem a ver com a vivência, aquilo que traz de fora da escola, com o relacionamento com professores e colegas, com temas e conversas que vêm fora do conteúdo específico da matéria.

Isso não significa que os documentos orientadores sejam desnecessários, apenas nos mostra que fazem parte de um aparato maior, ou seja, nos mostram o quanto é imperativo o desenvolvimento de ações diversificadas que mantenham sempre acesa a lâmpada da memória quanto a necessidade de superação de práticas como racismo e preconceito.

A PPC é um instrumento orientador de grande valia, pois é constituído de conteúdos necessários para o progresso das educandas/os e, importante suporte, neste caso, para que as temáticas sejam trabalhadas independentes de diferenças, credos ou vontade pessoal. Contudo, se faz necessário, por parte dos profissionais da educação, uma mudança de postura e desconstrução do que já vem sendo disseminado há anos nas escolas.

Neste sentido a SEMED/MANAUS, por meio da coordenação da Diversidade e demais áreas de conhecimento, realiza ações com a finalidade maior de subsidiar o trabalho do Professor em sala de aula. Esta iniciativa agrega teoria e prática, pois é necessário manter um equilíbrio entre ambas para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. São muitas as ações, mas para fins deste documento vamos nos ater em 03, as quais são: Cartilha Consciência Negra Ano Inteiro, Rodas de Conversa da Diversidade Étnico-racial e Noite Africana da SEMED.

A Cartilha Consciência Negra Ano Inteiro, tem por objetivo subsidiar uma abordagem do tema Educação para Relações Étnico-raciais – ERER, como práxis pedagógica durante o ano inteiro nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A elaboração deste material se deu mediante a premissa que, apesar de novembro ser considerado o mês da consciência negra, as relações raciais e o respeito à diversidade devem ser trabalhados no cotidiano escolar, em todos os meses do ano.

Trata-se de um instrumento que busca desconstruir o pensamento e práxis de alguns educadores e escolas, que só fazem alusão à esta temática no mês de novembro, ou ao dia 20 de novembro. Não se pode mais pensar antirracismo de forma pontual, pois, o processo de educação é contínuo, caso a temática seja trabalhada de forma pontual, não haverá consolidação da educação integral no que tange a questões relacionadas ao antirracismo.



É oportuno dizer que a compreensão e o trato pedagógico da Diversidade Étnico-racial<sup>3</sup> no currículo vai muito além, conforme Gomes (2008) da visão romântica do elogio à diferença. É preciso responder à pergunta “como enxergamos a diversidade enquanto cidadãos e cidadãos na nossa prática cotidiana?”, “como olhamos para as diferenças e suas múltiplas dimensões e subjetividades na vida dos sujeitos?”. Essa sensibilidade deve se traduzir em ações pedagógicas, com ações, reações e continuidade, sempre buscando a inclusão, a democracia e o respeito.

AS Rodas de Conversa da Diversidade Étnico-racial, acontecem duas vezes ao ano e contemplam os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Estas acontecem duas vezes com o objetivo de oportunizar momento de imersão para reflexão e conhecimento sobre a temática Africanidades.

O primeiro momento acontece entre os meses de maio a julho, com um tema centrado na diversidade regional e, discussão da nova historiografia que desfez o silêncio sobre a presença, importância e contribuição da população negra no Amazonas, partindo de uma reflexão que envolve nossa precoce abolição em Manaus (24 de maio) e no Amazonas (10 de julho). Neste contexto, as rodas esclarecem que a velha teoria da invisibilidade negra no Amazonas não se sustenta mais.

O outro momento ocorre no mês de novembro, geralmente no início, após a abertura do mês com o objetivo de contribuir e resgatar espaços de reflexão sobre o que a Consciência Negra, seu significado, importância e, para isso, trazemos também alguns conceitos importantes no processo (Raça, Racismo, Preconceito, Discriminação, Xenofobia e etc.) bem como uma imersão histórica para mostrar que essas mazelas não são atos banais e, nossa parcela de contribuição em atitudes e comportamentos.

A Noite Africana da SEMED/MANAUS, abre espaço para a socialização, apresentação e exposição de ações e projetos, sobre a temática Africanidades, realizadas ao longo do ano no chão da escola. Participam deste evento professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

A referida Noite Africana fortalece a da implementação da LEI 10.639/03 a partir da compreensão que significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população. A escola tem papel importante nesse debate, no reconhecimento das diferenças, em interferir pedagogicamente na construção de uma

---

3 Grifo nosso





pedagogia da diversidade, garantir o direito à educação e, saber e informar mais sobre a história e a cultura africanas e afro-brasileiras.

Esse entendimento poderá nos ajudar a superar opiniões preconceituosas sobre os negros, a África, a diáspora; a denunciar o racismo e a discriminação racial e a implementar ações afirmativas, rompendo em definitivo, com o mito da democracia racial. Nesta perspectiva de valorização, pautado numa educação voltada para as relações étnico-raciais, conscientes de sua responsabilidade e compromisso com o respeito, além de demonstrar que a Consciência Negra descrita na referida Lei não se configura apenas em ações pontuais, mas, resultam de um conjunto de ações integrados, projetos e o fazer da/o professora/o que é realizado no chão da escola.

Garantir uma educação integral e de qualidade, neste campo de reflexão, significa mergulhar na luta antirracista, se inseri nas articulações entre todas as dimensões que norteiam a caminhada. É preciso caminhar na mesma perspectiva de Boaventura Sousa Santos (2006) quando afirmou que a resposta a todas nossas indagações passa por uma ruptura política e epistemológica. Do ponto de vista político fomos desafiados a nos reinventar enquanto práxis pedagógica e curricular, expandido os horizontes e visando alternativas radicais. Epistemologicamente, ao criticar a racionalidade ocidental, totalizante e excludente, agimos em prol de um currículo crítico, descolonizante e libertador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, resultou das demandas da comunidade Afro-brasileira na luta por reconhecimento, valorização, respeito, iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos.

Essa conquista, inicialmente responsabilidade quase única da escola, não teria êxito sem a reorganização das instituições e, uma sucessão de ações diversificadas com o objetivo não apenas de cumprir a determinação de uma lei, mas, provocar a mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, posturas, modo de tratar as pessoas negras e, novos olhares onde se conheça a real história e cultura das populações de origem africana que tanto contribuíram para o crescimento do Brasil.

A adoção de políticas educacionais e estratégias educacionais de valorização da diversidade a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino, urgia uma adequação dos currículos, das propostas



pedagógicas, pois reconhecer exige questionar as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientavam estereótipos depreciativos.

É oportuno dizer que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as questões da Cultura Afro-Brasileira não podem ser ignoradas e, a condução das ações devem ter como referência as bases filosóficas e pedagógicas que assumem os princípios abaixo citados: Consciência política e histórica da Diversidade; Fortalecimento de identidades e de direitos; Ações educativas de combate ao racismo e a discriminação.

Esses princípios demonstram exigência na mudança de mentalidade, do pensar e agir dos sujeitos, assim como das instituições e de suas tradições culturais. Foi baseado nesta perspectiva, sendo o papel do educador, fundamental no processo curricular, que guiamos toda a construção da Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Educação, afinal eles são os grandes artífices da materialização deste documento nas escolas.

Um currículo assim demonstra seu potencial em reverenciar a compreensão do papel de cada um sujeito com a mudança em seu contexto atual e futuro, bem como de auxiliar na reivindicação/aquisição das ferramentas para adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias para que isso aconteça. A estrada ainda é longa e árdua, no entanto, mas longe já estivemos. Portanto, em ato contínuo, nos encontramos em processo de reformulação da Proposta Pedagógica Curricular (2020), lutando para manter as conquistas obtidas e aprimorar as falhas identificadas na caminhada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2017. Seção 1, p. 27833.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais e para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular/BNCC**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: Acesso em: < <http://basenacional.comum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília. 2013.

CORTELLA, Mario Sergio. **Pensar bem nos faz bem**. Petrópolis, RJ: 11ª impressão, Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Nós e a Escola: agonias e alegrias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações do currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SACRISTÁN, Gimeno J. **O Currículo: reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEMED. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica Anos Iniciais**. Manaus, 2014.

SEMED. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica Anos finais**. Manaus, 2014.

### **Lídia Helena Mendes de Oliveira**

Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em Ciências da Educação. Especialista no Ensino de História e Cultura Africana e Africana e Afro-brasileira e Educação para as Relações Étnico-raciais e a Lei 10.639/03. Graduada em História.

<https://orcid.org/0000-0001-7692-0784>

### **Soraya Monteiro Neves**

Mestra em Ciências da Religião. Especialista em Gestão Cultural. Graduada em Pedagogia. Atua como Assessora Pedagógica da Rede Municipal de Manaus e Ministra aulas em Programas de Pós-Graduação. E-mail: [sneves@hotmail.com](mailto:sneves@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-6097-8631>

Recebido em: 16/09/2020  
Aprovado em: 11/01/2021